

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16128 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 10 - Ensino Fundamental

**PNA (2019): UMA POLÍTICA FUNDAMENTALISTA EM ALFABETIZAÇÃO**

Leandra Boer Possa - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Patrícia Luciene de Albuquerque Bragamonte - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

**PNA (2019): UMA POLÍTICA FUNDAMENTALISTA EM ALFABETIZAÇÃO**

**Resumo:** Neste texto, apresentamos parte dos resultados de uma pesquisa de doutoramento já concluída. Com o objetivo de problematizar as implicações entre a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e a noção de fundamentalismo, tomou-se como material empírico os documentos e vídeos que conformam a PNA, de 2019: a) Decreto e o Caderno da PNA; b) Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Renabe); c) dois vídeos da 1ª Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe); d) um vídeo de divulgação da PNA. Metodologicamente, para análise, adotou-se a noção de governamentalidade, a partir dos Estudos Foucaultianos em Educação. Neste recorte, contempla-se o eixo analítico ‘invocação do passado’, entendido como um dos alicerces que configura um apelo fundamentalista na PNA. Evidenciou-se que na PNA, a produção de uma narrativa em torno da invocação do passado sustenta um tipo de condição discursiva que cria, pela automatização simplista e até violenta, um conjunto idealizado de discursos, promovendo práticas de exclusão dentro de uma racionalidade neoliberal.

**Palavras-chave:** Política Nacional de Alfabetização; Governamentalidade; Fundamentalismo; Invocação ao passado.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), apresentada “como política de Estado e marco na educação brasileira” (Mortatti, 2019, p. 19), foi instituída pelo Decreto nº 9765/2019 (Brasil, 2019a). Ela previa uma alfabetização baseada em evidências científicas, fundamentada nas ciências cognitivas. Sua implementação foi através de programas e ações que tinha por objetivo mensurar resultados.

Nas primeiras aproximações com os materiais da PNA, alguns indícios remetiam a um apelo fundamentalista que operava um tipo de segregação na lógica do “nós e eles”: enunciações discursivas que excluía o histórico de pesquisas nacionais e internacionais da área da alfabetização infantil; incitação ao combate às teorizações e pesquisadores de outras perspectivas; restrição da participação e das discussões sobre a PNA a um determinado grupo. Ao focar nesses discursos, rastreamos “signos do presente, detalhes significativos, talvez miudezas, que pareçam banais, [que] contemplados de outro modo” (Larrosa, 2004, p. 35), nos levaram a problematizar as implicações entre a PNA e a noção de fundamentalismo.

Metodologicamente, compusemos a materialidade de análise a partir dos documentos que conformam a Política Nacional de Alfabetização, de 2019. Importante ressaltar que, mesmo com a revogação da PNA/2019, em 2023, não se apagaram os resíduos que tendem a

se manter, disseminar e legitimar opiniões em torno de um modo de alfabetizar. Uma proliferação narrativa que ao ser analisada, a partir dos Estudos Foucaultianos em Educação, possibilita dar visibilidade a um apelo fundamentalista que movimenta o nosso tempo.

A partir da perspectiva teórica dos Estudos Foucaultianos em Educação, consideramos “produtivo desenvolver um exercício de problematização [...] que permite fazer dos discursos [da PNA] objeto de pensamento e de questionamento” (Lockmann, 2019, p. 28). Tal exercício possibilitou-nos olhar a PNA não como marco teórico e normativo neutro, mas como discursos produzidos, ao mesmo tempo que também produzem uma determinada racionalidade política. Assim, assumimos uma postura investigativa que compreende os documentos como monumentos, ou seja, analisados em seu em torno “e não propriamente por dentro deles. [...] O que importa é ler no seu volume e externalidade (monumental) e não na sua linearidade e internalidade (documental)” (Veiga-Neto, 2011, p. 104).

O *corpus* analítico foi composto pelo Decreto nº 9765/2019; o Caderno da PNA; o Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Renabe); dois vídeos da 1ª Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe); e um vídeo de divulgação da PNA. Ao extrairmos fragmentos desse conjunto de materiais, olhando para o que estava dito, “simplesmente como um *dictum*, em sua simples positividade” (Veiga-Neto, 2011, p. 117), percebemos que a noção de governamentalidade seria uma potente ferramenta metodológica que serviria como lente para pensar sobre os discursos da PNA no interior da racionalidade em que estamos imersos. Assim, tomamos a governamentalidade como uma “grade de inteligibilidade [...] que permitiu olhar e compreender, com mais sutileza e minúcia” (Lockmann, 2019, p. 56) as implicações entre a PNA e a noção de fundamentalismo.

As implicações entre os discursos da PNA e o fundamentalismo podem parecer algo inusitado, principalmente, quando a noção de fundamentalismo aparece relacionada a grupos islâmicos ou mulçumanos, que seguem uma doutrina baseada em um livro sagrado e exercem práticas terroristas contra o Ocidente, este, com ideias modernas e liberais de democracia de Estado e formação para a liberdade. Para Dreher (2002), essa dualidade não corresponde à história do fundamentalismo, que muito tem a ver com a história ocidental, cristã e protestante modernas.

[...] fundamentalismo tem sua origem no Ocidente cristão e é fruto e decorrência do que se convencionou chamar de Modernidade. Os maiores fundamentalismos encontram-se no Ocidente. Foi aqui que foram gestados, em oposição à Ilustração e ao Liberalismo, e são filhos diletos do Romantismo. Na época do Romantismo, contemporâneo do Colonialismo do século XIX e da primeira metade do século XX, foi exportado para os continentes colonizados pelas potências do Atlântico Norte (Dreher, 2002, p. 9-10).

Embora o termo fundamentalismo tenha sido cunhado no início do século XX para designar correntes religiosas que “procuravam promover um regresso à pureza das origens, isto é, a encontrar uma verdade, pura, única e inquestionável” (Rodrigues, 2020, p. 217), isso não excluiu a existência do pensamento fundamentalista antes desse período, pois, a busca de

uma ‘verdade’ não é oriunda só do campo religioso (Dreher, 2002). O fundamentalismo constitui-se em uma “matriz de pensamento, uma postura, ancorada na defesa de uma verdade e na imposição dela à sociedade” (Cunha, 2021, s/p). É um fenômeno complexo, camaleônico, paradoxal e escorregadio,

Nos estudos citados, encontramos características comuns que configuram discursos e práticas do fundamentalismo, no presente. Essas características alargam o entendimento dessa noção e potencializam algumas articulações com os discursos da PNA, de 2019, principalmente, a invocação do passado para a salvação do futuro.

Nas análises, foi possível visualizar um apelo fundamentalista nos discursos da PNA, a partir de uma invocação do passado que busca promover uma “miragem de um passado místico” (Brown, 2019, p. 13) e a celebração de como as coisas eram: retorno a um tempo que melhor.

(12:18) **Ao olhar o passado educacional**, não se pode desmerecer que **grandes educadores deram legítimas e valiosas contribuições** [...] **esta é a herança reformada, pedagógica e inclusiva** que eu trago que nos **instruiu no passado, lá em 1870, um ano antes da Lei Rio Branco ou a Lei do Ventre Livre** (Ribeiro, 2020 – grifos nossos).

O anúncio da ciência cognitiva e do método como as bases científicas da PNA é outro elemento que invoca o passado. Embora os documentos os anunciem como uma novidade, embasado nas “recentes evidências científicas” (Brasil, 2019a; 2019b; 2020), pois “não existia isso que nós chamamos de método fônico” (Vídeo Conabe, 2020a), os estudos publicados sobre a história da alfabetização, apagados dessa Política, mostram evidências de que, a ciência cognitiva e o método fônico, têm seus lastros nas décadas de 1920 a 1970 (Mortatti, 2000).

A ciência cognitiva e o método fônico se configuram como apelo fundamentalista baseado na lógica do passado-presente-passado: indicam a recuperação de um passado como verdadeira saída para escapar de um futuro catastrófico na alfabetização infantil. Um movimento de retorno a princípios considerados fundamentais, perfeitos, não polêmicos e benignos (Rodrigues, 2020). Invocar o passado, na PNA, não é só mostrar saudosismo; é uma tentativa de fazer dele o futuro da alfabetização infantil.

[...] **o caminho da alfabetização, pavimentado pelas ciências cognitivas, conduza o Brasil** aos mais importantes resultados educacionais de toda a sua história (Brasil, 2020, s/p - grifos nossos).

O apelo fundamentalista nos discursos PNA, também dissemina que o passado ideal na alfabetização infantil teria sido, supostamente, sequestrado e corrompido pelo construtivismo de Emília Ferreiro, a vilania do letramento de Magda Soares e a ideologia marxista de Paulo Freire e convoca a todos batalhar com os inimigos: (39:20) “Eu **convoco** [...] **a seguirmos juntos, empunhando a bandeira** da mudança do ensino no Brasil. Nós não

podemos **perder um único soldado nessa batalha**” (Vídeo Conabe, 2020a - grifos nossos).

(1:00) Deixa eu perguntar uma coisa **que tem um fetiche no Brasil que não sai, a gente não consegue se livrar**: tem algum país do mundo que **segue o Paulo Freire**, fora o Brasil? No âmbito da alfabetização, que eu saiba, não! (Vídeo de divulgação da PNA, 2020 - grifos nossos).

Nos fragmentos, a invocação de um passado foi ganhando destaque em diferentes momentos e de diversas formas. Além da tentativa de retorno a um determinado tempo histórico considerado como virtuoso e de convencimento de um suposto sequestro e corrupção das boas práticas de alfabetização, esse alicerce do fundamentalismo buscou mostrar o quanto tudo o que estava estabelecido até o momento - tais como as enunciações sobre a inclusão de todas as crianças; o respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem; o acolhimento da diversidade; a valorização da cultura infantil; a autonomia do professor alfabetizador - era incorreto, enganoso, equivocado e até mesmo criminoso:

(36:19) Os **arautos** [...] que se **julgam sábios, supremos, doutos em técnica, são charlatões!** Porque, se eles **são responsáveis por esse resultado... Metade das nossas crianças no 3º ano são analfabetas**. Metade. **Não é aceitável** [...] **isso é mais do que um fracasso: é um crime. Pode ter ou não ter dolo, mas é um crime que está sendo feito no Brasil, crime** [...] (VÍDEO Conabe, 2020b - grifos nossos).

As “construções antigas” (Brasil, 2020a, p. 48), sobre as quais a PNA edifica seus argumentos, pautam-se na utopia de um passado que, articulado com uma racionalidade neoliberal, interdita a crítica, o diálogo e o raciocínio, mantendo-se em uma “estrita, inarredável e intransigente obediência a determinados princípios” (Veiga-Neto, 2009, p. 79). A PNA, “à medida que absolutiza esse passado [da alfabetização infantil] em rituais ou mitos [de] nacionalismos tribais restaurados, primitivamente racistas” (De Boni 1995, p. 66), sustenta um tipo de condição discursiva que cria, pela automatização simplista e até violenta, regras rudimentares de produção de práticas em torno de temas complexos, como é o caso da alfabetização infantil.

Na junção dos fragmentos discursivos, mostramos que a PNA invoca o passado com a perspectiva de que ele possa se transformar no futuro das práticas de alfabetização no Brasil. Ao fazer isso, evidencia um conjunto idealizado de aptidões intelectuais, valores morais, comportamentos e atitudes que promovem uma defesa e intensificação de práticas de exclusão dentro de um jogo neoliberal em que criminaliza e condena a produção de saberes constituídos nos movimentos coletivos, sociais e culturais e incrimina aqueles que pensam e se conduzem na multiplicidade, tornando-os culpados pelos baixos resultados de alfabetização infantil no Brasil. Dar visibilidade a esses discursos foi importante, uma vez que desconstruir o que nessa lógica tem de fundamento, potencializa a abertura de espaços para outras fundações, que, talvez, possam ser mais inclusivas, democráticas, múltiplas, coletivas, colaborativas, que respeitem as infâncias e os docentes e valorizem a escola pública.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto nº 9.765*, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília. 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. *PNA: Política Nacional de Alfabetização*. Caderno de Apresentação. Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019b. 54 p.

BRASIL. *Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências*. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Alfabetização - Sealf. – Brasília, DF: MEC/Sealf, 2020.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no acidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CUNHA, M. Fundamentalismo religioso galvaniza massa de apoio de católicos e evangélicos ao governo Bolsonaro e coloca a democracia em crise. Entrevista especial com Magali Cunha. *Instituto Humanitas Unisinos*. 10 maio 2021. Disponível em: . Acesso em 29 jul. 2024.

DE BONI, L. A. *Fundamentalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

DREHER, M. N. *Para entender o fundamentalismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

LARROSA, J. A operação Ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 29, nº 1, jan/jun. 2004, p. 27-43.

LOCKMANN, K. *Assistência Social, educação e governamentalidade neoliberal*. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2019.

MORTATTI, M. do R. L. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo - 1876/1994* São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

MORTATTI, M. do R. L. Brasil, 2011: notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. *OLHARES* - Revista Eletrônica do Departamento de Educação da Unifesp, v. 7, n. 3, nov. 2019.

RIBEIRO, M. Posse do novo ministro da Educação, Milton Ribeiro. *Youtube*. 16 jul. 2020. Disponível em: . Acesso em 16 jul. 2022.

RODRIGUES, D. Fundamentalismo, Complexidade e Inclusão. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, n.º especial, 2020, p. 215-227.

VEIGA-NETO, A. Uma vila voltada para trás. GALLO, Silvio; VEIGA-NETO, Alfredo. *Fundamentalismo & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a Educação*. Coleção Pensadores & Educação, Autêntica, 3ª edição, 2011.

VÍDEO Conabe. 1ª Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (7º Vídeo). *Youtube*. 26 fev. 2020a, vídeo: 27:23. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Tjhp7VKirJ8&list=PL9nJ11ynWg3fS9Awf4I1kj4LFg7Px1>>. Acesso em 15 jul. 2024.

VÍDEO Conabe. Conabe – Cerimônia de Abertura. *Youtube*. 28 fev. 2020b, vídeo: 42:07. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D5H6B0zJNGw>>. Acesso em 15 jul. 2024.

VÍDEO DE DIVULGAÇÃO DA PNA. Weintraub Fala: Política Nacional de Alfabetização. *Youtube*. 28 fev. 2020, vídeo: 1: 54. Disponível em: . Acesso em 15 jul. 2024.